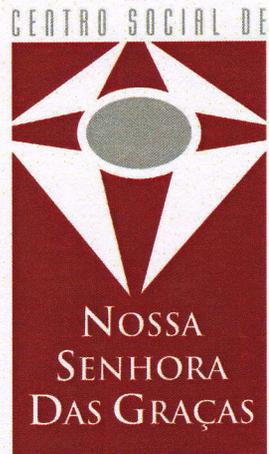


*Antes
10/02/15*



Demonstrações Financeiras
Período de 2015

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5. Activos Fixos Tangíveis	14
6. Inventários	15
7. Rédito	16
8. Subsídjos do Governo e apoios do Governo	16
9. Benefícios dos empregados	16
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
11. Outras Informações.....	17
11.1. Investimentos Financeiros	17
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17
11.3. Clientes e Utentes	17
11.4. Outras contas a receber.....	17
11.5. Diferimentos	18
11.6. Caixa e Depósitos Bancários	18
11.7. Fundos Patrimoniais.....	18
11.8. Fornecedores	18
11.9. Estado e Outros Entes Públicos.....	18
11.10. Outras Contas a Pagar.....	19
11.11. Fornecimentos e serviços externos.....	19
11.12. Outros rendimentos e ganhos	19
11.13. Outros gastos e perdas	20
11.14. Resultados Financeiros.....	20
11.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	20

Balanço

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	610.073,99	669.458,29
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.1	929,28	449,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		611.003,27	669.907,46
Ativo corrente			
Inventários	6	1.433,31	2.931,98
Clientes	11.3	875,05	2.573,36
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos		7.127,36	2.375,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	11.4	419,19	0,01
Diferimentos	11.5		263,52
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11.6	367.377,26	295.562,60
Subtotal		377.232,17	303.707,03
Total do Ativo		988.235,44	973.614,49
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios			
Fundos	11.7	11.964,17	11.964,17
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	11.7	26.173,43	(333.774,56)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Líquido do período		4.555,35	38.997,85
Total do capital próprio		42.692,95	(282.812,54)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	26.821,71	18.528,22
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	11.9	7.691,28	7.350,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2		
Financiamentos obtidos	11.2	871.253,64	1.193.583,78
Diferimentos			
Outras contas a pagar	11.10	39.775,86	36.964,16
Outros passivos financeiros			
Subtotal		945.542,49	1.256.427,03
Total do passivo		945.542,49	1.256.427,03
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		988.235,44	973.614,49

*auspiciosa
Fátima de Conceição
Martins Forças*

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	7	453.082,38	449.873,45
Subsídios, doações e legados à exploração	8	137.094,84	179.087,26
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(28.702,95)	(77.311,88)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(202.092,95)	(153.619,33)
Gastos com o pessoal	9	(312.645,94)	(280.956,41)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	11.12	41.013,88	11.238,34
Outros gastos e perdas	11.13	(4.819,43)	(12.656,87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		82.929,83	115.654,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(84.698,84)	(82.332,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.769,01)	33.321,64
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	6.324,36	5.676,21
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		4.555,35	38.997,85
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		4.555,35	38.997,85

Maria José Gonçalves
 Idalina da Conceição
 Martins Farias

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro Social de Nossa Senhora das Graças
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2014

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
1	1	11.964,17	-	-	(303.653,46)	-	(30.121,10)	(321.810,39)	(321.810,39)
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(30.121,10)		30.121,10	-	-
2	2	-	-	-	(30.121,10)	-	30.121,10	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
3	3						38.997,85	38.997,85	38.997,85
RESULTADO EXTENSIVO									
4=2+3	4=2+3						69.118,95	38.997,85	38.997,85
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
5	5	-	-	-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2014									
6=1+2+3+4	6=1+2+3+4	11.964,17	-	-	(333.774,56)	-	38.997,85	(282.812,54)	(282.812,54)

*Anunciado e aprovado
 da Assembleia Geral
 Portivos Fozes*

Provincia Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora

Morada: Rua Dr. Carlos Ramos, n.º 50, Porto

NIF:501 090 444

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

Centro Social de Nossa Senhora das Graças
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais			Resultado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	11.964,17	-	-	(333.774,56)	-	-	38.997,85	(282.812,54)	(282.812,54)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								(38.997,85)		
Alterações de políticas contabilísticas								(38.997,85)		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								4.555,35		4.555,35
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								(34.442,50)		4.555,35
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos Fundos patrimoniais	7				38.997,85					
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							4.555,35		4.555,35
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							4.555,35		4.555,35
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos					320.950,14				320.950,14	320.950,14
Subsídios, doações e legados										
Outras operações	10									
POSICÃO NO FIM DO ANO 2015	6+7+8+10	11.964,17	-	-	26.173,43	-	(34.442,50)	42.692,95	42.692,95	42.692,95

*Adquirido de Senhores Felizes
 da Igreja da Conceição
 Hortensius Forgas*

Provincia Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora
 Morada: Rua Dr. Carlos Ramos, n.º 50, Porto
 NIF: 501 090 444

Anexo

1. Identificação da Entidade

Denominação Social: Centro Social de Nossa Senhora das Graças

Natureza Jurídica: Fundação de Solidariedade Social

Objecto Social: Ação Social para pessoas idosas com alojamento – CAE: 85313

Sede: Quinta de S.João das Areias – Rua E - Sacavém

N.º de Identificação de Pessoa Colectiva: 503 826 910

Capital Social: 11.964,17€

Constituída em 1995

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 12.4 e 12.11) e "*Diferimentos*" (Nota 12.5)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, às quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.



Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes



também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1.242.873,33	16.741,55				1.259.614,88
Equipamento básico	275.359,25	5.183,50	(2.521,84)			278.020,91
Equipamento de transporte	20.633,17					20.633,17
Equipamento biológico						-
Equipamento administrativo	32.535,93					32.535,93
Outros Ativos fixos tangíveis	115.060,47	496,61		3.468,60		119.025,68
Activos Fixos Tangíveis em Curso						-
Total	1.686.462,15	22.421,66	(2.521,84)	3.468,60	-	1.709.830,57
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	596.601,33	62.849,19				659.450,52
Equipamento básico	244.123,88	10.290,71	(2.521,84)			251.892,75
Equipamento de transporte	20.633,17	-				20.633,17
Equipamento biológico		-				-
Equipamento administrativo	21.917,21	1.882,34		3.468,60		27.268,15
Outros Ativos Fixos Tangíveis em Curso	73.817,01	7.310,68				81.127,69
Total	957.092,60	82.332,92	(2.521,84)	3.468,60	-	1.040.372,28

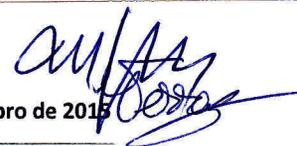
31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.259.614,88	13.380,01				1.272.994,89
Equipamento básico	278.020,91					278.020,91
Equipamento de transporte	20.633,17					20.633,17
Equipamento administrativo	32.535,93					32.535,93
Outros Ativos fixos tangíveis	119.025,68	11.934,53				130.960,21
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.709.830,57	25.314,54	-	-	-	1.735.145,11
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	659.450,52	64.470,68				723.921,20
Equipamento básico	251.892,75	10.316,27				262.209,02
Equipamento de transporte	20.633,17					20.633,17
Equipamento administrativo	27.268,15	1.486,76				28.754,91
Outros Ativos fixos tangíveis	81.127,69	8.425,13				89.552,82
Total	1.040.372,28	84.698,84	-	-	-	1.125.071,12

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias	2.894,77	70.240,08	7.109,01	2.931,98	20.467,41	6.736,87	1.433,31
Total	2.894,77	70.240,08	7.109,01	2.931,98	20.467,41	6.736,87	1.433,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				77.311,88			28.702,95
Variações nos inventários da produção				-			-



7. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	18.131,53	16.218,89
Prestação de Serviços	434.950,85	433.654,56
Prestação de Serviços	434.950,85	433.654,56
Total	453.082,38	449.873,45

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
Subsídios ISS - Instituto Segurança Social	130.357,97	171.978,25
Doações	6.736,87	7.109,01
Total	137.094,84	179.087,26

As doações respeitam às entregas de alimentos por parte do Banco Alimentar contra a Fome.

9. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 31 e em 31/12/2014 foi de 31.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao Pessoal	257.644,60	225.564,65
Indemnizações		1.054,86
Encargos sobre as Remunerações	54.851,34	54.257,85
Outros Gastos com o Pessoal	150,00	79,05
Total	312.645,94	280.956,41



10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
Fundo de Compensação	929,28	449,17
Total	929,28	449,17

11.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos - PPFMNS	871.253,64	-	871.253,64	1.193.583,78	-	1.193.583,78
Total	871.253,64	-	871.253,64	1.193.583,78	-	1.193.583,78

11.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c	875,05	2.573,36
Clientes	875,05	2.573,36
Total	875,05	2.573,36

11.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Devedores por acréscimos de rendimentos	419,19	
Outros Devedores		0,01
Total	419,19	0,01

11.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Outros gastos operacionais	-	263,52
Total	-	263,52

11.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	544,97	225,17
Depósitos à ordem	71.823,27	43.621,31
Depósitos a prazo	295.009,02	251.716,12
Total	367.377,26	295.562,60

11.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundo	11.964,17			11.964,17
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	-			-
Resultados transitados	(333.774,56)	359.947,99		26.173,43
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos FP	-			-
Total	(321.810,39)	359.947,99	-	38.137,60

11.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	26.821,71	18.528,22
Total	26.821,71	18.528,22

11.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.127,36	2.375,56
Total	7.127,36	2.375,56
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.349,35	1.265,84
Segurança Social	6.275,96	6.030,69
Outros Impostos e Taxas	65,97	54,34
Total	7.691,28	7.350,87

11.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações				
Fornecedores de Investimentos		-		2.856,35
Credores por acréscimos de gastos		39.690,35		34.048,00
Outros credores		85,51		59,81
Total	-	39.775,86	-	36.964,16

11.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	88.895,37	15.537,55
Serviços especializados	35.176,50	55.398,73
Materiais	3.464,55	4.319,47
Energia e fluidos	52.764,27	53.522,06
Deslocações, estadas e transportes	449,30	716,14
Serviços diversos	21.342,96	24.125,38
Total	202.092,95	153.619,33

11.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	6.774,36	6.774,36
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Outros rendimentos e ganhos	34.239,52	4.463,98
Total	41.013,88	11.238,34

11.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	344,72	191,24
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.437,44	
Outros Gastos e Perdas	3.037,27	12.465,63
Total	4.819,43	12.656,87

11.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6.324,36	5.676,21
Total	6.324,36	5.676,21
Resultados financeiros	6.324,36	5.676,21

11.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sacavém, 13 de Maio de 2016

Isabelma da Conceição Martins Fozes
Maria José Simões